Ação em Ariquemes promove reflexão sobre vítimas do trânsito e reforça a importância da empatia

Histórias marcadas pela dor, superação e recomeço deram o tom da ação inédita ao “Café com Detran” realizada em Ariquemes em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito. **Página 08**



Assembleia Legislativa aprova recursos para Saúde, Segurança e Cultura Página 02

A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br

Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5160 - Rondônia, fim de semana, 20, 21, 22 e 23 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R$ 1,50 - outros estados R$ 3,00

PF investiga esquema de migração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos

erceira fase da Operação Yankee cumpriu mandados em Ji-Paraná e Guarulhos Página 05

3

Transplante ósseo realizado no Hospital de Base possibilita mulher recuperar independência e voltar a caminhar

Foto: Divulgação





Assembleia Legislativa aprova recursos para Saúde, Segurança e Cultura



A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, na sessão ordinária de terça-feira (17), três projetos de lei que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares. As propostas, encaminhadas pelo Poder Executivo, somam até R$ 882.669,24 para as áreas de Saúde, Segurança Pública e Cultura.

Os recursos serão destinados à capacitação de profissionais da saúde, ao custeio de atividades administrativas e ao pagamento de despesas de espaços culturais do estado.

Saúde

O Projeto de Lei 1501/2026 autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, de até R$ 660 mil, para o Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia (Iespro).

O dinheiro será utilizado na formação e na qualificação de profissionais da Saúde. As atividades fazem parte do Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Valoriza GTES-SUS).

Entre as ações previstas estão cursos técnicos, especializações e programas de residência em saúde. O objetivo é melhorar a qualificação dos profissionais e fortalecer a gestão dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os recursos são provenientes de transferências do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde (FES). O projeto prevê o remanejamento de R$ 660 mil do orçamento do FES para o Iespro.

Segurança Pública

Na área da Segurança Pública, os deputados aprovaram o Projeto de Lei 1588/2026. A proposta autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, de até R$ 102.669,24, para a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec).

Segundo o governo, os recursos serão utilizados para custear Prestadores Voluntários de Serviços Administrativos (PVSA) e atender a outras necessidades da secretaria.

Parte do dinheiro está relacionada a convênios firmados entre a Sesdec e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO). As parcerias permitem a atuação de colaboradores em atividades de apoio ao Judiciário.

O crédito será aberto com recursos de superávit financeiro. Isso significa que serão utilizados saldos disponíveis de exercícios anteriores, conforme as regras orçamentárias.

Cultura

Os deputados também aprovaram o Projeto de Lei 1589/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar de até R$ 120 mil para a Fundação Cultural do Estado de Rondônia (Funcer).

O dinheiro será utilizado, principalmente, no pagamento de contas de energia elétrica de espaços culturais administrados pela fundação.

Entre os locais atendidos estão a Casa da Cultura Ivan Marrocos, o Museu da Memória Rondoniense, o Complexo Teatral Palácio das Artes e a Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto, em Porto Velho. Também está incluído o Teatro Belas Artes, em Ariquemes.

Segundo o governo, o reforço é necessário porque o orçamento disponível não é suficiente para cobrir as despesas até o fim de 2026.

Os R$ 120 mil serão remanejados da reserva de contingência da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) para a Funcer.

Créditos adicionais

Os créditos adicionais são utilizados quando um órgão público precisa de recursos que não estavam previstos no orçamento ou quando o valor disponível não é suficiente para cobrir determinada despesa.

No caso dos créditos suplementares, o objetivo é reforçar valores já previstos no orçamento.

Os projetos aprovados utilizam duas formas de obtenção dos recursos: anulação de dotações e superávit financeiro.

A anulação ocorre quando parte do orçamento destinado a uma despesa é remanejada para outra. Já o superávit financeiro permite utilizar recursos disponíveis de exercícios anteriores, conforme as regras legais.

A abertura desses créditos depende de autorização legislativa. Por isso, as propostas são encaminhadas à Assembleia Legislativa para análise e votação dos deputados estaduais.

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h, e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Eliete Marques | Jornalista Secom ALE/RO
Foto: Daiane Mendonça I Governo de Rondônia e Arquivo I Secom ALE/RO

Transplante ósseo realizado no Hospital de Base possibilita mulher recuperar independência e voltar a caminhar

Voltar a caminhar, recuperar a independência e retomar atividades simples do dia a dia. Esses são alguns dos desejos de Celina Lima, de 58 anos, moradora de Ji-Paraná, que encontrou no transplante ósseo realizado no Sistema Único de Saúde (SUS) uma nova possibilidade de recuperar a mobilidade. Após sofrer um grave acidente e passar por cirurgias de emergência, Celina enfrentou mudanças significativas em sua rotina. Desde então, passou a depender de andador, muletas e cadeira de rodas para se locomover. Ela recebeu acompanhamento especializado no Hospital Regional de Cacoal, onde foi avaliada para a realização de um transplante ósseo.

A partir da indicação médica, a paciente passou a integrar a fila única nacional de transplantes do SUS. A cirurgia foi realizada, no dia 13 de novembro, no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em Porto Velho, e representa uma nova perspectiva para Celina. Agora, ela inicia uma etapa importante do tratamento, com acompanhamento da equipe de saúde e a expectativa de recuperar gradualmente a mobilidade.

TRANSPLANTE ÓSSEO

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde (Sesau), o transplante ósseo foi realizado na região do fêmur, onde a paciente teve grande perda óssea. Foi adicionado, no local em que o osso não havia consolidado, um enxerto ósseo, que consistiu na utilização de tecido ósseo de um doador para reconstruir as áreas comprometidas. A técnica pode ser indicada em situações de grandes perdas ósseas, fraturas complexas, infecções e outras condições que dificultam a recuperação natural do osso.

O tecido utilizado passa por processos específicos de seleção, avaliação, processamento e armazenamento em bancos de tecidos, seguindo protocolos técnicos e normas sanitárias.

Durante a cirurgia, a equipe, conduzida pelo médico ortopedista, Nelson Cesar Marquezini, realizou o preparo da região que recebeu o enxerto e posicionou o tecido ósseo conforme as necessidades da paciente. Após isso, colocou um fixador que contribuirá para a osseointegração, que é a integração do tecido do doador ao osso da paciente.

RECUPERAÇÃO EXIGE ACOMPANHAMENTO

Após a cirurgia, a paciente receberá acompanhamento médico, inicialmente a cada 15 dias e, depois, a cada 30 dias, quando serão avaliados exames de imagem, realizados ajustes no fixador e, conforme a evolução, integradas as sessões de fisioterapia para auxiliar na recuperação dos movimentos e na retomada das atividades cotidianas. O tempo de recuperação, segundo o especialista, será inicialmente de oito meses,



considerando que a região do fêmur apresenta uma lesão de grande extensão. Mas todo o processo depende da resposta do organismo ao tratamento.

REFERÊNCIA NA REGIÃO NORTE

Rondônia é o único estado da Região Norte credenciado para realizar esse tipo de transplante.

O procedimento conta com a parceria do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), no Rio de Janeiro, responsável pelo fornecimento do tecido ósseo utilizado na cirurgia.

A coordenadora do transplante ósseo, enfermeira Thaís Santos, contou que, em 17 de abril de 2024, foi realizado o primeiro transplante ósseo e que, desde então, já aconteceram quase 40 transplantes nessa especialidade. "É muito bom ver os nossos pacientes voltarem a ter uma vida normal, recuperando a mobilidade. É muito gratificante", disse.

A iniciativa amplia o acesso da população a tratamentos de alta complexidade na rede pública estadual, fortalecendo a assistência especializada e reduzindo a necessidade de deslocamento para outros estados.

O secretário de Estado da Saúde, Edilton Oliveira, ressaltou que por trás de cada transplante, existe uma história conectada a diferentes regiões do Brasil. "O procedimento representa um avanço importante para a assistência ortopédica oferecida pelo SUS em Rondônia. Por trás de cada cirurgia existe uma equipe multiprofissional, planejamento e acompanhamento especializado. Nosso objetivo é proporcionar ao paciente as condições necessárias para avançar no tratamento e recuperar a qualidade de vida."

Texto: Daiane Brito
Fotos: Daiane Brito e Pablo Belo
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia (Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br

Filiado a:
AJD-RO Associação dos Jornais Diários Impressos do Estado de Rondônia

Transporte gratuito no fim de semana complementa escala 5x2, diz Lula

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou nesta quinta-feira (19) que o governo federal vai defender a gratuidade no transporte público aos fins de semana, em todo o Brasil, para assegurar que os trabalhadores possam aproveitar as duas folgas semanais da escala 5x2.

Segundo Lula, a proposta de gratuidade nas passagens é uma medida complementar à redução da carga horária semanal – das atuais 44 horas para 42 horas, a partir de 16 de dezembro deste ano, e para 40 horas, a partir de dezembro de 2027.

"Por conta desta conquista da [redução da] jornada, vamos garantir transporte gratuito no fim de semana, para que o povo possa passear. Porque não adianta a gente dar dois dias de descanso, e a pessoa, por falta de dinheiro, ficar dentro de casa", disse Lula, nesta quinta-feira (19), durante a cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a nova escala de trabalho.

Em outubro, o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa à destinação de recursos de emendas parlamentares impositivas para o custeio da gratuidade dos serviços de transporte público coletivo urbano aos fins de semana e feriados.

A PEC do governo estabelece a destinação de, no mínimo, 26,8% do montante global anual das programações de execução obrigatória provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada para o custeio da gratuidade do transporte coletivo.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom), se aprovada, a proposta resultaria na destinação, para o custeio da tarifa zero, de cerca de R$ 12 bilhões dos quase R$ 44,8 bilhões previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) em emendas parlamentares obrigatórias.

Humanização

A cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a nova escala 5x2 de trabalho ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Durante o evento, Lula cobrou atenção do movimento sindical, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Justiça do Trabalho à implementação da escala 5x2, que proporcionará dois dias de descanso para os trabalhadores.



O presidente também prometeu que nenhum direito social será revogado durante seu governo e rebateu os críticos que o acusam de não ter compromisso com o equilíbrio das contas públicas.

Para Lula, as críticas à redução da carga de trabalho semanal mostram a "ingratidão" de quem não reconhece que os avanços tecnológicos das últimas décadas resultaram em ganhos de produtividade e, consequentemente, de faturamento, que não foram repassados aos trabalhadores.

"As pessoas que estão reclamando [do fim da escala 6x1] não levam em conta o que aconteceu [no mercado de trabalho] nesses quase 40 anos, desde que aprovamos [na Constituição de 1988] a redução da jornada de 48 horas para 44 horas semanais. O ganho que o mundo digital trouxe para o comércio e para as empresas. Só isso já justifica [uma nova] redução da jornada", comentou Lula.

Para o presidente, as mudanças nas regras de trabalho beneficiarão também os empregadores.

"Todos sabem que uma pessoa descansada produz muito mais que uma pessoa cansada. E que a qualidade do serviço, em qualquer área, melhora, pois as pessoas produzem muito mais", acrescentou.

Lula disse que o fim da escala 6x1 como uma tentativa de "humanizar o mundo do trabalho", "para que as pessoas não saiam de casa para trabalhar achando que vão para o inferno".

Fonte: Agência Brasil

CE aprova incentivo a creches em institutos federais

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou, na quarta-feira (18), projeto que incentiva a construção e a manutenção de creches e pré-escolas para filhos de estudantes de instituições federais de ensino superior e de educação profissional. A votação foi unânime, e o texto ainda passará por turno suplementar na comissão.

O substitutivo — texto alternativo que modifica a versão original — apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) ao PL 1.062/2022, do ex-senador Rodrigo Cunha (AL). A proposta altera a lei que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil e determina que sejam respeitadas a autonomia das instituições e a disponibilidade orçamentária.

O relator retirou do projeto original a previsão de que instituições de ensino superior públicas e privadas que mantivessem creches recebessem pontuação maior na avaliação do Ministério da Educação. Para Paim, esse critério poderia prejudicar instituições sem condições financeiras ou estruturais para manter esses espaços.

"A introdução de critério não necessariamente relacionado às atribuições de todas as instituições pode resultar em prejuízo a instituições que, embora cumpram adequadamente suas funções acadêmicas e legais, não disponham de condições materiais, orçamentárias ou institucionais para manter creches", diz no relatório.

A proposta também prevê prioridade de atendimento para estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil. O incentivo à oferta de creches e pré-escolas poderá ocorrer em colaboração com o Distrito Federal e os municípios.

Audiência pública

A CE aprovou ainda a realização de audiência pública para discutir o Fator Amazônico, mecanismo proposto para considerar as características e os custos locais no cálculo dos repasses federais destinados à educação básica na Amazônia Legal. O debate vai subsidiar a análise do PL 3.760/2026, de autoria do senador Camilo Santana (PT-CE).

O requerimento para a audiência foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). O senador Camilo Santana apresentou pedido para incluir convidados no debate (REQ 48/2026 - CE e REQ 50/2026 - CE). A data da audiência ainda será definida.

A Amazônia Legal abrange os sete estados da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão.

Fonte: Agência Senado

PF investiga esquema de migração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos

A Polícia Federal deflagrou, nesta quinta-feira (19), a terceira fase da Operação Yankee, que investiga um esquema de migração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos. A ação cumpriu dois mandados de busca e apreensão em Ji-Paraná, em Rondônia, e Guarulhos, em São Paulo. Um investigado foi preso em flagrante.

Durante as diligências, os policiais apreenderam veículos, duas armas de fogo e R$ 45 mil em dinheiro. Uma das armas estava em situação irregular, o que levou à prisão em flagrante de um dos investigados.

Segundo a Polícia Federal, a operação busca aprofundar as apurações sobre uma organização criminosa suspeita de promover a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos mediante pagamento e de lavar o dinheiro obtido com a atividade.

A investigação teve origem na primeira fase da Operação Yankee, que apurou a atuação de um grupo criminoso em Buritis, em Rondônia.

De acordo com as apurações, os suspeitos organizavam viagens e intermediavam a migração irregular de brasileiros para o território norte-americano. O serviço era oferecido mediante cobrança de valores elevados, geralmente parcelados, com parte do pagamento sendo realizada após a travessia.

Os dois mandados de busca e apreensão foram expedidos pela 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia. As diligências ocorreram em Ji-Paraná e Guarulhos, com o objetivo de reunir novas provas e aprofundar a investigação sobre a estrutura do grupo e a movimentação financeira.

Os investigados poderão responder, conforme o grau de participação de cada um, por promoção de migração ilegal, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Fonte: News Rondônia



Motorista de aplicativo é preso após forjar próprio sequestro para extorquir R$ 7 mil da esposa



Um motorista de aplicativo identificado como José M. foi preso em flagrante nesta quarta-feira, dia 18 de novembro de 2026, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ), acusado de forjar o próprio sequestro para tentar extorquir R$ 7 mil da esposa. Para sustentar a farsa, ele simulou estar amarrado no porta-malas de um carro e enviou fotografias à companheira com o objetivo de convencê-la de que estava sob domínio de sequestradores.

De acordo com a Polícia Civil, a mulher recebeu mensagens enviadas a partir do celular do marido por volta das 16h. O remetente, passando-se por criminoso, anunciou o suposto sequestro, encaminhou as imagens do homem imobilizado e exigiu a transferência de R$ 7 mil para a conta bancária do próprio motorista, alegando ter acesso ao aparelho e à conta da vítima. O falso sequestrador ainda ameaçou incendiar o automóvel com o homem dentro caso a polícia fosse comunicada.

Após ser acionada pela esposa, a Polícia Civil iniciou diligências e utilizou o sistema de rastreamento instalado no veículo de trabalho do motorista para monitorar seu deslocamento, identificando o automóvel na região da Rodovia Washington Luís, em Duque de Caxias. Agentes da 59ª DP (Duque de Caxias) e da 77ª DP (Icaraí) interceptaram o carro na saída de um shopping center.

Durante a abordagem, José estava dirigindo o veículo acompanhado de uma mulher. Ao ser questionado pelos policiais, demonstrou nervosismo e alegou que a ocupante seria sua prima, versão prontamente negada por ela, que afirmou inicialmente ser apenas uma passageira. Diante da contradição, o motorista acabou confessando ter simulado o crime para obter dinheiro da esposa.

Segundo a investigação, a mulher que o acompanhava apontada pelo delegado como namorada do suspeito admitiu ter registrado as fotos e gravado o vídeo utilizados na encenação a pedido dele, material posteriormente localizado nos aparelhos celulares de ambos com autorização dos envolvidos. José foi autuado em flagrante por tentativa de extorsão e permanece à disposição da Justiça, enquanto a mulher foi conduzida à delegacia para prestar esclarecimentos.

Com informações de Guiherme Santos, Filipe Brasil, Bom Dia Rio
Fonte: News Rondônia

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2026/SLC
PROCESSO N.º 2365/SEMUSA/2026

O Município de Buritis-RO, através de sua pregoeira interina designada pela Portaria 289/GAB/PMB/2026, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço (por item). Tendo como objeto Aquisição de cadeiras de rodas, andadores, muletas e simulador de escada, de valor estimado: R$ 156.403,13 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e três reais e treze centavos). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 07/12/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br. Buritis – RO, 19 de novembro de 2026.

Mônica Pasian Machado
Pregoeira interina

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE
AVISO DE CANCELAMENTO DA
DISPENSA ELETRÔNICA 62/2026

O Município de Colorado do Oeste-RO torna público o CANCELAMENTO da Dispensa Eletrônica nº 62/2026, em virtude de retificação no edital. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodooeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 19 de novembro de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 26/2026/SLC
PROCESSO N.º 3226/SEMA/2026

O Município de Buritis-RO, através da sua agente de contratação Interina Portaria 289/GAB/PMB/2026, torna pública a realização do Chamamento Publico para prospecção de imóvel conforme edital e anexo. Objeto: Futura locação de imóvel para instalação de Unidade Administrativa da Secretária Municipal de Administração, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel não residencial urbano no município de Buritis. As propostas serão recebidas até às 11h00min do dia 03/12/2026 (horário local de Buritis/RO), no endereço Rua São Lucas, nº 2476, setor 06, CEP 76.880-000, Buritis-RO na Sala da Superintendência de Licitação e Contratação - SLC, pessoalmente ou enviada tempestivamente por via postal, ou via e-mail institucional cpl@buritis.ro.gov.br, desde confirmado recebimento por telefone (69) 99991-2637. Obtenção do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 18 de novembro de 2026.

Mônica Pasian Machado
Agente de Contratação Interina

A Gazeta de Rondônia
32 Anos
LIGUE
3311-3714
Divulgação de Editais, Pedidos de Licença Ambiental e outras Publicações Legais



Na CMO, debatedores defendem recursos permanentes para proteção animal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) debateu, nesta quinta-feira (19), alternativas para garantir recursos no Orçamento da União de 2027 destinados ao Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos (ProPatinhas) e ao fortalecimento do Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos (SinPatinhas). A audiência discutiu formas de ampliar o financiamento das políticas de proteção animal e de mobilizar o poder público e a sociedade para sua implementação.

O ProPatinhas é um programa federal que apoia ações de castração, identificação, microchipagem e combate ao abandono e aos maus-tratos de cães e gatos. Uma de suas ferramentas é o SinPatinhas, sistema gratuito de cadastro nacional que reúne informações sobre os animais e seus responsáveis para subsidiar políticas públicas de proteção e bem-estar animal.

Autora do requerimento para a realização do debate, a deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) defendeu a previsão de recursos permanentes para as políticas existentes e para novas ações de proteção animal e promoção da saúde pública.

— Precisamos ter políticas mais fortes de manejo ético, da castração e tudo o mais, através do SinPatinhas e do ProPatinhas. Agora temos um cadastro nacional, isso é uma luta histórica. Para que possamos ter e estabelecer políticas públicas, precisamos de dados — afirmou.

Ex-diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente, Vanessa Bicho Negrini estimou em R$ 400 milhões os recursos necessários para atender às demandas do ProPatinhas e do SinPatinhas. Segundo ela, o valor permitiria alcançar a meta de castrar anualmente 10% da população de cães e gatos, estimada em 1,4 milhão de animais, com prioridade para aqueles que pertencem a famílias de baixa renda.

Vanessa apontou alternativas de financiamento, além das emendas parlamentares individuais. Uma delas seria o Fundo Social do Pré-Sal, cuja arrecadação até 2032 tem estimativa de R$ 968 bilhões. Ela mencionou a possibilidade de utilizar recursos adicionais destinados à educação e à saúde por cinco anos, conforme autorização legal, e defendeu a inclusão de uma previsão específica para o ProPatinhas no projeto de lei complementar de ajuste fiscal aprovado pelo Senado.

A representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Cláudia Lins, afirmou que a falta de recursos dificulta a adesão das prefeituras ao ProPatinhas. Segundo ela, alguns municípios recorrem ao orçamento da saúde para financiar ações de proteção animal, embora também enfrentem limitações financeiras. A diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Vania Plaza Nunes, acrescentou que municípios com menor capacidade financeira e técnica não conseguem manter, de forma isolada, serviços contínuos de castração, vacinação, diagnóstico, identificação e assistência veterinária.

— A União precisa assegurar o financiamento regular, com critérios para a distribuição, sempre baseado nas necessidades epidemiológicas, populacionais e socioeconômicas dessa população — defendeu Vania.

O diretor-executivo da Federação Brasileira da Causa Animal (Febraca), Cadu Pinotti, ressaltou a importância de incluir recursos para a proteção animal na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ele citou levantamento que identificou 2.613 organizações não governamentais formalizadas na área e afirmou que mais de 70% delas nunca receberam convênios ou recursos públicos. Também apontou que 82% não têm funcionários registrados. Pinotti relacionou o abandono de animais a problemas de saúde e segurança pública e mencionou estimativa de 30 milhões de animais nessa situação no país.

Representante da Sinergia Animal Brasil, Arthur Regis defendeu a previsão de recursos estáveis para os programas, a participação da sociedade nas decisões e na fiscalização e a ampliação das políticas de proteção para além de cães e gatos. O deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI) também defendeu a destinação de recursos para que as secretarias de Segurança Pública e de Meio Ambiente possam manter ações de proteção e defesa dos direitos dos animais.

Fonte: Agência Senado

Vai à CDH política de combate a desigualdade racial nas escolas



A Comissão de Educação (CE) aprovou, na quarta-feira (18), a Política Nacional para as Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola, destinada a combater o racismo e as desigualdades raciais nas escolas. O PL 4.978/2026 segue agora análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em caráter terminativo. Se não houver recurso para votação em Plenário, poderá seguir para a Câmara.

Entre os objetivos da medida está a criação de um sistema de metas e monitoramento para assegurar o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas — obrigação desde 2003, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A política prevê ainda a formação de profissionais da educação e o apoio financeiro da União aos estados e municípios que aderirem.

O senador Paulo Paim (PT-RS) questionou se a obrigação tem sido suficiente para superar a desigualdade nas escolas. Ele propôs um um texto alternativo ao original apresentado pelo senador Camilo Santana (PT-CE).

— Estudantes negros e quilombolas continuam sujeitos a maiores vulnerabilidades educacionais mesmo depois que a lei tornou obrigatório o ensino da história afro-brasileira, o que exige planejamento de longo prazo e governança permanente. A proposição busca conferir estabilidade normativa e segurança jurídica à política pública já instituída pelo MEC.

A política depende de regulamento futuro, e será oferecida com foco nas redes de ensino consideradas mais desiguais do ponto de vista étnico-racial. A adesão de estados, do Distrito Federal e dos municípios será voluntária.

Ações

As ações serão realizadas pelas redes estaduais e municipais de educação. A União poderá dar apoio técnico ou financeiro com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com orçamento de R$ 1,8 bilhões para 2027 destinado à educação básica, e do Plano de Ações Articuladas (PAR). Os gastos dependerão de disponibilidade orçamentária.

A política busca formar mais profissionais da educação com orientação especial para escolas quilombolas e para as relações étnico-raciais — abordagem que orienta as pessoas a compreender o racismo historicamente e a desenvolver práticas para combatê-lo.

A União também criará uma rede de agentes de coordenação estadual, com direito a bolsa, para apoiar a implementação da política nas escolas. Outras ações previstas são:

a produção de material didático que envolvem o tema;

a criação de protocolos para identificar e responder ao racismo;

a afirmação das trajetórias negras e quilombolas.

Gestão e controle

No âmbito da nova política, será criada a Câmara Tripartite de Gestão e Monitoramento, responsável por fixar metas e direcionar as ações. A Câmara terá representantes do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias estaduais e municipais de educação.

Já a Câmara Nacional de Participação e Controle Social terá caráter consultivo e avaliará a implementação das ações. Será formada por representantes do MEC, das comissões do MEC de relações étnico-raciais e de educação quilombola.

Selo

A política institui o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais. O selo reconhecerá e valorizará publicamente as escolas que implementam ações de equidade racial e que fortaleçam a escola quilombola.

Fonte: Agência Senado

Ação em Ariquemes promove reflexão sobre vítimas do trânsito e reforça a importância da empatia

Histórias marcadas pela dor, superação e recomeço deram o tom da ação inédita ao "Café com Detran" realizada em Ariquemes em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito. Promovida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO), por meio da campanha "Sua Vida Vale Mais", com o tema "No Trânsito, enxergar o outro é salvar vidas", a iniciativa buscou sensibilizar a população sobre a importância da empatia, do respeito e da responsabilidade para a construção de um trânsito mais seguro.



A atividade contou com a participação de servidores, convidados e membros da comunidade, fortalecendo a mensagem de que enxergar o outro, respeitar as diferenças e agir com responsabilidade são atitudes essenciais para salvar vidas. A programação foi estruturada para incentivar o diálogo e a conscientização sobre os impactos dos sinistros de trânsito. A atividade, realizada no dia 14 de novembro, começou com uma apresentação sobre a proposta da campanha pelos educadores da Escola Pública de Trânsito (Eptran) e, em seguida, as pessoas foram convidadas a integrar um café colaborativo, em que puderam ouvir relatos emocionantes de pessoas que tiveram suas vidas transformadas por acidentes de trânsito.

Durante a ação, convidados compartilharam experiências pessoais e os desafios enfrentados após episódios relacionados a sinistros de trânsito. Os depoimentos evidenciaram como uma escolha inadequada pode gerar consequências permanentes para vítimas e familiares.

Entre os relatos, a fisioterapeuta Larissa Oliveira, contou que teve a vida transformada após perder o controle da motocicleta e sofrer um grave traumatismo craniano. O acidente interrompeu projetos, exigiu um longo processo de recuperação e trouxe importantes aprendizados sobre responsabilidade e valorização da vida. "Entendi que tudo pode mudar em um instante. Somos mais frágeis do que imaginamos e a imprudência pode causar consequências que vão muito além de quem está diretamente envolvido. Hoje valorizo cada conquista e reconheço a importância de atitudes seguras no trânsito", relatou.

Outro relato compartilhado foi o de Thamires, que vive atualmente a recuperação do marido após um grave acidente ocorrido na BR-421. Segundo ela, uma ultrapassagem irregular provocou o sinistro, resultando em lesões graves que exigem cuidados permanentes e um longo período de reabilitação.

Os testemunhos reforçaram a proposta da campanha de estimular uma mudança de comportamento por meio do exemplo e da reflexão, evidenciando que atitudes simples, como respeitar os limites de velocidade, utilizar o cinto de segurança e agir com prudência, podem evitar tragédias.

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, ressaltou que ouvir histórias reais é uma forma poderosa de conscientizar a população. "Quando conhecemos as consequências de um sinistro por meio de quem viveu essa experiência, a mensagem ganha ainda mais força. Nosso objetivo é despertar a reflexão e incentivar escolhas responsáveis que contribuam para a preservação da vida."

Texto: Jarlana Davy
Fotos: Claudiene Dias
Secom - Governo de Rondônia

